

Rio Branco e a modernização dos mecanismos de defesa nacional

Adelar Heinsfeld^{*}

Resumo

Quando Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, em 1902, trouxe para a pasta um objetivo definido: transformar o Brasil numa potência regional, conquistando a hegemonia na América do Sul. Na sua visão, o poderio de uma nação passava, necessariamente, pelo fortalecimento dos seus mecanismos de defesa, ou seja, seria mais forte quem estivesse mais bem armado. Usando sua influência sobre as demais esferas de poder, Rio Branco contribuiria para o Brasil reaparelhar suas Forças Armadas. Com isso, o país teria condições de participar com a Argentina de uma corrida armamentista sem precedentes no Cone Sul da América. Passou-se a defender o princípio da “paz armada”, ou seja, somente seria possível evitar um confronto entre os dois países se cada um tivesse armamentos suficientes para se impor ao outro. Essa preocupação de Rio Branco com o reaparelhamento da defesa nacional refletia-se em vários setores da opinião pública nacional.

Palavras-chave: Rio Branco. Defesa nacional. Marinha de guerra.

A historiografia brasileira foi pródiga em enaltecer a atuação do barão do Rio Branco na demarcação dos limites e estabelecimentos das fronteiras do território nacional. No entanto, Rio Branco, ao estabelecer as diretrizes de sua política internacional, demonstraria, de uma forma muito clara, a sua preocupação com a segurança e a defesa deste território que ajudou a configurar. O processo de reaparelhamento da Marinha de guerra nacional foi o resultado dessa sua preocupação. Assim, a carreira armamentista que norteou boa parte das relações entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX foi o resultado da geopolítica que norteava as diretrizes da política internacional adotada por Rio Branco. É óbvia a necessidade de considerar que a corrida armamentista surgida entre os dois maiores países da América do Sul não é um fato descontext-

^{*} Doutor em História pela PUCRS. Docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: adelar@upf.br

Recebido em 22/11/2010 - Aprovado em 1º/12/2010
Publicado em agosto de 2011

tualizado do momento internacional vivido na época em que Rio Branco foi ministro das Relações Exteriores. Nas formulações geopolíticas das potências da época, o armamentismo ocupava o primeiro plano.

Dentro dos parâmetros da geopolítica clássica não há pensador ou formulador de doutrina geopolítica que não tenha se preocupado com a segurança nacional. A partir do momento em que se estabelece a relação “nós-eles”, a preocupação com quem está do outro lado da fronteira é uma das variáveis consideradas pela geopolítica, até porque “la lucha por el poder se convierte en rivalidad por el poderío militar, en preparación para la guerra”.¹

Raymond Aron chama a atenção para o fato de que “o diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra”. As relações entre os Estados apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais: “Elas se desenrolam à sombra da guerra; para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre os Estados implicam essencialmente na guerra e na paz.”²

Mais de meio século antes, Rio Branco já afirmava que “diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio”. Dizendo-se partidário da paz, entretanto, via como legítimo o uso da força para vingar um direito agredido. Assim, para responder “à violência com a violência”,³ o soldado tomaria o lugar do diplomata e seria necessário dispor de uma força capaz de se impor ao agressor.

Mesmo antes de se tornar ministro de Estado, Rio Branco teve oportunidade de demonstrar, mais de uma vez, interesse pelos assuntos relacionados aos mecanismos que garantem a segurança nacional. Ele mesmo reconhecia, textualmente, que “desde os bancos do antigo colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e, depois na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil na sua vida independente”.⁴ Aos 16 anos, o jovem Paranhos escreveu uma biografia de Barroso Pereira, comandante da fragata “Imperatriz”, que morrera em combate aos argentinos em abril de 1826. Pouco tempo depois, publicava *Episódios da Guerra do Prata*, usando o pseudônimo “X”, na *Revisa do Instituto Científico*, em Recife. Em 1865 escreveu a biografia do general José de Abreu, barão do Sêro Largo, que se destacou nas lutas platinas e que, mais de uma vez, impediu que o território brasileiro no Rio Grande do Sul sofresse invasão estrangeira.⁵ Este trabalho histórico o levaria, dois anos mais tarde, a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No entanto, o mais importante é que, segundo ele,

os sentimentos da minha mocidade para com o nosso exército e a marinha não se arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz de que ele tanto precisa e de que precisam os povos.⁶

Para o barão do Rio Branco, desde muito cedo, a região do Rio da Prata foi motivo de suas preocupações. Isso se deveu, certamente, à herança paterna, uma vez que seu pai, o visconde de Rio Branco, enquanto “Homem de Estado”, esteve diretamente envolvido com questões platinas durante o Segundo Império: negociou, em 1851, o tratado de limites entre o Império do Brasil e a República do Uruguai, estabelecendo o direito exclusivo de navegação na lagoa Mirim e rio Jaguarão; passou a ser ministro residente em Montevideu em 1853 e ministro de Estado da Marinha em 1854 e 1856, além de ter ocupado o Ministério dos Negócios Estrangeiros pela primeira vez em 1855.

O Prata torna-se objeto privilegiado das análises de Rio Branco filho, quando em 1870, na condição de secretário, auxiliou seu pai, então novamente ministro dos Negócios Estrangeiros, em missão naquela região. Assim, acompanhou toda a negociação que sobreveio à Guerra do Paraguai, quando o Brasil, por intermédio do visconde de Rio Branco, impediu a Argentina de anexar todo o Chaco Boreal, em prejuízo do Paraguai. O Brasil, aceitando a anexação pela Argentina de um amplo território paraguaio, permitiria o fortalecimento estratégico e geopolítico do seu mais poderoso vizinho na região platina. O historiador argentino Miguel Angel Scenna faz uma análise correta da situação, quando afirma que, se o Brasil aceitasse a anexação do Chaco Boreal pela Argentina, era admitir “dejar metido lo que quedara de la república guaraní encastrado dentro de la Argentina, que tarde o tempramente

terminaría por deglutirlo”. Isso traria uma série de preocupações para o Brasil, uma vez que, “por precaución geopolítica, Brasil cuidaba de no tener extensas fronteras con la Argentina, que podían tornarse peligrosas”. Com a anexação do Chaco Boreal, o território argentino faria divisa com Mato Grosso, “eventualidad inadmisibile para Río de Janeiro”.⁷ O futuro barão do Rio Branco, acompanhando as negociações, compreendeu que a Argentina era o adversário mais forte e perigoso para o Brasil na América do Sul.

Em 1882, quando exercia a função de cônsul em Liverpool, Rio Branco externava a preocupação com a segurança nacional, levando em consideração a Argentina. Ao barão de Penedo escrevia: “Penso que tratando desta nova e gravíssima complicação devemos mostrar firmeza, embora estejamos sem esquadra, sem torpedos, e sem exército, por que fazendo *cara feia al enemigo*, talvez este recue, acreditando que estamos muito fortes e *valentes*.”⁸ Não possuindo força militar, era imprescindível fazer o inimigo acreditar numa força inexistente. Naquela época, Rio Branco estava propondo o que F. S. Northedge chama de um *bluff*, uma prática muitas vezes utilizada por quem atua no campo da diplomacia, que pretende intimidar o oponente aparentando uma força que na realidade não possui.⁹ A mesma preocupação aparece quando, no mesmo mês, escreveu a Joaquim Nabuco:

Pela primeira vez, desde que o Império existe, achamo-nos assim, á mercê da República Argentina, sem exército, sem esquadra e sem torpedos, quando os nossos vizinhos têm tudo isso. Pensa-se no Bra-

sil que cantando o Brava gente brasileira podemos vencer os argentinos. Entendo que a nossa situação é gravíssima, e que se os argentinos aproveitarem agora o ensejo que a criminosa imprevidência dos nossos governantes lhes oferece, teremos de passar por grandes vergonhas e humilhações... A nossa esquadra não faz evoluções, como o nosso exército não faz manobras de campanha. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a fazer guerra.¹⁰

Logo depois, essa sua preocupação era compartilhada com o barão Homem de Mello: “Fico muito inquieto com nosso negócio de Missões, por que se os argentinos aproveitarem a ocasião teremos de passar por grandes vergonhas. Não temos esquadra, não temos torpedo, não temos exércitos, e os argentinos tem tudo isso.”¹¹ Como se percebe, Rio Branco desde cedo, geopoliticamente, via a Argentina como a grande preocupação em relação à segurança brasileira na América do Sul.

Por ocasião do litígio com a França, em que atuou como advogado do Brasil, questão resolvida por arbitramento internacional, em 1900, observava ao ministro das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, ainda em 1896, quando começava a estudar a questão, que “os meios persuasivos são, a meu ver, os de lançar mão, para sair-se bem de negociações delicadas como esta, uma nação como o Brasil, que ainda não dispõe de força suficiente para impor a sua vontade a uma grande potência militar”.¹²

No discurso que fez no Clube Naval, quando chegou da Europa para assumir o Ministério das Relações Exteriores, Rio

Branco, alertando que, como ministro não viria servir a nenhum partido,¹³ expressou o desejo de ver o Brasil como uma nação unida, forte e respeitada não apenas no continente, mas no mundo.¹⁴ Deixou explícita, como estadista, sua preocupação com o fortalecimento do Estado,¹⁵ bem como com a segurança nacional.

Na condição de ministro das Relações Exteriores, Rio Branco concebia uma Marinha de guerra forte como instrumento da sua política internacional. Somos levados a acreditar que essa postura de Rio Branco era decorrente do contato que teve com as ideias de Ratzel¹⁶ e Mahan,¹⁷ discutidas na Europa e nos EUA, respectivamente, quando lá estivera na qualidade de diplomata, servindo o Brasil.

Na mensagem presidencial de 1904, encaminhada por Rodrigues Alves ao Congresso Nacional, fica latente a posição de Rio Branco: “A nossa Marinha não está aparelhada para satisfazer as justas aspirações do povo brasileiro que a deseja converter em importante fator de defesa nacional.”¹⁸

Na visão de Rio Branco, o Brasil estava isolado na América Latina, cercado de inimigos em potencial: “Contra o Brasil há na América espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar. Verdadeiramente só as não há contra o Brasil no Chile, no Equador. No México e na América Central.”¹⁹ Os países hispânicos que não tinham prevenções eram justamente os que não tinham limites territoriais com o Brasil. Assim, pode-se afirmar que as preocupações com o fortalecimento dos mecanismos de defesa por parte de

Rio Branco eram um complemento às suas ações no estabelecimento das fronteiras territoriais.

Com todos os potenciais inimigos, o país precisava sempre estar preparado, pois

a paz não depende somente da nossa vontade, dos nossos sentimentos de concórdia constantemente demonstrados [...]. Depende também e principalmente da vontade de numerosos vizinhos que nos cercam [...]. Para que algum dos nossos vizinhos se não anime a dirigir-nos afrontas, a ferir os nossos brios e os nossos direitos, é preciso que estejamos preparados para a imediata e eficaz repulsa, e para isso é necessário que estejamos aparelhados com todos os elementos necessários á defesa nacional não só com o material, mas com uma força perfeitamente instruída e exercitada...

Utilizando-se dos argumentos geopolíticos da época, Rio Branco via a necessidade de modernizar as forças de defesa, para que fossem capazes de acudir rapidamente “aos pontos ameaçados nas nossas fronteiras ou no nosso vastíssimo litoral”.²⁰

Nas preocupações de Rio Branco com a defesa nacional, a possibilidade de guerra com a Argentina era uma constante; por isso, preconizava que a Marinha brasileira estivesse pronta para qualquer emergência.²¹ No entanto, a preocupação existia também em relação aos outros países com os quais o Brasil tinha problemas fronteiriços.

Quando estava em negociação com a Bolívia, na Questão do Acre, Rio Branco propôs ao ministro da Marinha, almirante Julio de Noronha, a compra de um cruzador couraçado que a Argentina tinha man-

dato construir nos estaleiros italianos e que estava sendo oferecido por um milhão de libras esterlinas. Seria uma solução paliativa, enquanto Noronha não concluísse o seu programa naval.²²

No ano seguinte, durante as negociações com o Peru, que reivindicava territórios considerados brasileiros, novamente apareceu tal preocupação:

Ontem conversei com o presidente sobre a necessidade de encomendarmos já e já dois bons encouraçados, porque o Peru pode romper conosco logo que haja feito as suas encomendas – se é que já as não fez – e nesse caso ficaremos impossibilitados de fazer as nossas, pois nenhum estaleiro as poderá aceitar [...]. Poderíamos também procurar comprar já o Chacabuco aos chilenos. Há patriotismo nesta terra, e o Congresso e a nação sem dúvida aprovarão a todos os atos de previdência praticados com o fim de evitar a guerra ou de a aceitar com a superioridade de forças que podemos e devemos ter.²³

Preocupado com a questão peruana, comunicava ao ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, e aos ministros da Marina e da Guerra que o Senado peruano havia aprovado projeto autorizando o governo a levantar empréstimo de 600.000 libras para aquisição de navios e armamentos.²⁴ Ao final do governo de Rodrigues Alves, Rio Branco comunicou a Julio de Noronha que o estaleiro Vickers estaria construindo para o Peru três cruzadores e um submarino.²⁵

Com a posse do governo de Afonso Pena, o ministro das Relações Exteriores lamentava ao seu novo colega de ministério, o almirante Alexandrino de Alencar:

Desde 1903 tenho pedido que cuidemos rapidamente de ter no Amazonas uma flotilha numerosa e eficaz, em caso de necessidade de conter os nossos vizinhos peruanos, os quais muito metodicamente e com todas as possíveis reservas se vão armando [...]. Estamos na Amazônia em condições de inferioridade que não de tornar mais intransigentes os nossos contendores.²⁶

Os lamentos chegavam à raia do desespero, como se percebe em nova correspondência ao ministro da Marinha, questionando o estado em que se encontrava a Marinha:

Quando teremos aqui uns 16 destroyers? Dentro de dois meses? E uma esquadriha de 16 canhoneiras protegidas em mato Grosso e dois bons encouraçados de rio? Dentro de 4 meses? E no Amazonas, uma boa flotilha de canhoneiras protegidas? Antes do fim do ano? E dois bons navios de combate comprados para esperar os três grandes?

Concluía seu lamento ao colega de ministério com o início da frase que simbolizava o princípio da paz armada: “Si vis pacem...”²⁷

Por ocasião da posse do presidente argentino Manoel Quintana, quando se discutia em Buenos Aires o reaparelhamento da Marinha de guerra daquele país, Rio Branco escreveu ao ministro plenipotenciário em Buenos Aires, Cyro de Azevedo: “É natural que aí se pense em reformar e melhorar o material da marinha de guerra. Nós também pensamos nisso.” Preocupado com a segurança continental, acrescentava: “O Brasil, a Argentina e o Chile devem pensar seriamente em aumentar ou melhorar os seus elementos de defesa militar

contra possíveis perigos do exterior.”²⁸ Um ano antes, Cyro de Azevedo, comunicava que o presidente argentino, general Julio Roca, havia sondado se “o Brasil não desejaria adquirir os navios de guerra que o seu governo mandou construir e que ainda se encontram nos arsenais da casa italiana encarregada da encomenda”. De acordo com o general Roca, o Chile também estaria disposto a vender dois encouraçados que estavam quase prontos nos arsenais da Inglaterra. Cyro de Azevedo, além de comunicar, recomendava a aquisição “para equilibrar nossas forças com as das duas nações amigas”.²⁹ Essa oferta era decorrente do pacto firmado entre Argentina e Chile em maio de 1902, estabelecendo a equivalência das duas esquadras, pondo um término à carreira armamentista e à “paz armada” desenvolvida nesses dois países.³⁰ Rio Branco, juntamente com o ministro da Marinha, intercedeu junto ao presidente Rodrigues Alves para que fosse feita aquela aquisição, mas, segundo o chanceler brasileiro, “o Presidente achou que as despesas com a recuperação do território do Acre aconselhavam o adiamento das que seriam necessárias para a reorganização da nossa armada”.³¹

O “olhar do vizinho” deve ter influenciado nos ânimos de Rio Branco ao defender a necessidade de o país possuir mecanismos fortes de defesa. De Buenos Aires, Cyro de Azevedo escrevia: “Aqui nos consideram, por agora, um fator secundário, sob o ponto de vista militar, já por que a nossa marinha de guerra é inferior, já por que nos sabem ocupados com incidentes internacionais que nos obrigam a mobilizar

forças para o extremo Norte, longe portanto do lugar dos sucessos possíveis.”³² Para Rio Branco, que em 1882 já defendia que, se o país não estivesse armado, era necessário fazer “cara feia al enemigo” para demonstrar uma força que na realidade não possuía, deve ter sido extremamente difícil saber que o inimigo desprezava seu país por achá-lo fraco.

Naquele momento, no Brasil, já tramitava na Câmara dos Deputados o projeto de reorganização naval,³³ desenvolvido pelo ministro da Marinha, Almirante Julio de Noronha, e apresentado pelo deputado Laurindo Pitta (SP). Quando o projeto foi aprovado e transformado em lei, em 14 de dezembro de 1904, Rio Branco teve condições de afirmar: “O Brasil vai aumentar, embora lentamente, a sua armada por que tem um litoral imenso e Estados onde as comunicações só se fazem pelas vias fluviais.”³⁴ Quando faz referência à extensão do litoral, poder-se-ia dizer que estão presentes as ideias de Alfred Mahan, que estabelecia uma relação entre a extensão do litoral de um país e a necessidade de possuir uma esquadra proporcionalmente equivalente.³⁵ Acrescentava Rio Branco: “Precisamos restabelecer o nosso poder naval, consideravelmente enfraquecido depois da revolta de 6 de setembro de 1893. Quando éramos a primeira potência naval da América do Sul, as nossas esquadras nunca foram um perigo ou uma ameaça para a República Argentina.”³⁶ Defendia a necessidade de os países possuírem um respeitável poder naval para afastar possíveis perigos em um futuro próximo, resultado da política expansionista de certas

nações. Percebe-se que o clima da “paz armada” existente, principalmente, na Europa, onde o ciclo da corrida armamentista fora iniciado, ao passo que os alvos nacionais imediatos eram puramente defensivos,³⁷ fazia sentir seus efeitos na política adotada por Rio Branco. Para o ministro brasileiro, aumentar as forças militares era necessário a fim de estar em condições de resistir a qualquer “guerra preventiva”.

Enquanto isso, o ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, Cyro de Azevedo, comunicava que no plano de reorganização naval da Argentina estava prevista a aquisição de navios de combate coraçados de 14.000 toneladas, superiores, portanto, aos navios brasileiros constantes no Plano de Reorganização Naval de 1904. A possibilidade de a Marinha argentina adquirir navios maiores que os brasileiros e o resultado da Guerra do Oriente, entre Japão e Rússia, em que ficou demonstrada a utilidade dos grandes navios, levaram a que o programa naval brasileiro fosse modificado em 1906, passando a dele fazer parte navios mais poderosos.³⁸ Assim, Rio Branco, visivelmente satisfeito, pôde comunicar à Legação Brasileira em Buenos Aires que “os contratos foram modificados para o fim de ser aumentado o deslocamento e a força dos encouraçados encomendados”. Já antevendo a polêmica que isso causaria, procurava orientar o ministro plenipotenciário brasileiro na capital portenha: “Estes navios, pelo seu grande porte e calado servirão para a defesa do nosso vastíssimo litoral, mas em caso algum poderão operar no Rio da Prata.”³⁹

No final de 1908, ano extremamente difícil nas relações com a Argentina, Rio Branco queixava-se a Domicio da Gama que, “quanto ao nosso estado de defesa: É o mais lastimável possível. Há dias verificou-se que a nossa fraquíssima esquadra está quase sem munições para combate”. Enquanto o programa naval brasileiro estava em execução, “poderia o tresloucado Governo Alcorta pensar em alguma agressão ao Brasil”. Diante dessa ameaça, Rio Branco sugeriu ao presidente Rodrigues Alves a compra de uns navios de guerra ingleses, “compra que nos daria logo esquadra superior à Argentina, pondo-nos ao abrigo de qualquer premeditado insulto”. No entanto, queixava-se: “Nada consegui.” A preocupação de Rio Branco não era somente em relação às forças navais. Salientando que “por terra não estamos em menos deploráveis condições”, alegava que as linhas telegráficas em construção, estradas de ferro e de rodagem projetadas, miseráveis picadas, tudo era considerado estratégico pelos vizinhos. E concluía desolado: “Com isso tudo, nada temos.”⁴⁰

A dar crédito ao que escreveu, cheio de queixumes, a Domicio da Gama, ele não teve influência alguma na adoção dos planos de rearmamento naval. “Não fui ouvido sobre o primeiro plano naval, nem tampouco sobre o segundo.” A análise que faz a seguir dos planos navais brasileiros é do ponto de vista estratégico:

Pelo primeiro teríamos seis encouraçados; pelo segundo deveríamos ter três muito maiores. Com isso e o barulho que faz pela imprensa, assustamos a Argentina. Com seis encouraçados estaríamos melhor. Poderiam operar no Rio da Prata.

Se perdêssemos um ou dois em combate, ficariam quatro ou cinco para combater. E com os três monstros? Desarranjados ou destruídos 2, ficaríamos apenas com um.⁴¹

Em homenagem prestada pelo Exército, Rio Branco deixa claro sua adesão ao princípio da paz armada ao afirmar que “o nosso amor a paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas”.⁴²

Em outro momento, cinco anos depois, nos últimos meses de vida, continuava a acreditar no mesmo princípio: “Não se pode ser pacífico sem ser forte.” E acrescentava: “Querer a educação cívica e militar de um povo [...] não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas.”⁴³

Aos adversários que o acusavam de militarista, neste seu último discurso proferido, Rio Branco deixou claro que nunca defendera o predomínio de uma classe sobre outra, sempre combatendo o antagonismo ou divisão entre civis e militares. Ao mesmo tempo, sempre foi absolutamente contra a intervenção militar na vida política do país. Usando a tribuna do Clube Militar, fazia a sua defesa: “Todos os nossos militares de mar e terra sabem que nunca os procurei explorar e nem distrair do caminho do dever profissional.”⁴⁴ Aos que o acusavam de imperialista, dava sua resposta: “Jamais nos empenhamos em guerras de conquista. E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora que a nossa Constituição política proíbe ex-

pressamente a conquista e impõe o recurso do juízo arbitral, antes de qualquer apelo às armas.”⁴⁵

Como afirma uma dos seus maiores biógrafos, Álvaro Lins, “o que desejava para as forças armadas era o engrandecimento técnico, a vitalidade delas dentro dos seus próprios quadros e fins. Caracterizava-se antes de tudo como elementos de defesa nacional, ordem e disciplina”.⁴⁶ Lembra ainda o biógrafo de Rio Branco que o primeiro discurso enquanto ministro das Relações Exteriores foi proferido no Clube Naval e seu último discurso, no Clube Militar, criando-se “assim um simbolismo para o historiador entusiasta do Exército e da Marinha”.⁴⁷

A necessidade de reaparelhamento militar era ditada pelas teses geopolíticas da época, com as quais as concepções de Rio Branco estavam em conformidade:

A grande extensão do nosso litoral e do nosso território interior, o exemplo dos vizinhos que se armaram enquanto só cuidávamos da nossa política interior, impõe-nos o dever de reunir os elementos de defesa nacional de que precisamos. Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que às vezes só a força pode dar. Carecemos de exército eficaz e de reservas numerosas, precisamos reconquistar para a nossa marinha a posição que antigamente ocupava.⁴⁸

Um dos seus secretários, Araujo Jorge, ao escrever sobre seu ex-chefe, afirmou que as ações de Rio Branco como ministro das Relações Exteriores objetivavam “a reconquista da antiga hegemonia política e militar que o Brasil manteve, em outros tempos”.⁴⁹

A repercussão das preocupações de Rio Branco com o reaparelhamento da Marinha de guerra e, por conseguinte, da defesa nacional foi intensamente discutida no Congresso Nacional brasileiro,⁵⁰ bem como por toda a imprensa nacional.⁵¹

* * *

Rio Branco foi o que podemos chamar de “Homem de Estado” e “Homem do seu tempo”. Antenado ao espírito da sua época, preconizava a existência de um Estado forte, que fosse dotado de mecanismos de defesa condizentes com o papel que o país deveria desempenhar. Suas ações e práticas na tomada de decisões que envolviam a política internacional brasileira evidenciavam concepções geopolíticas que visavam justamente fortalecer o Estado brasileiro. Essas concepções eram decorrentes das ideias que estavam sendo difundidas por aqueles que são considerados os sistematizadores do conhecimento geopolítico. Usando o raciocínio de Amado Luiz Cervo, que se utiliza de uma expressão de Belmiro Castor, podemos afirmar que Rio Branco não era partidário do “Estado anêmico”.⁵²

Para ser forte, o Estado teria ter, necessariamente, elementos materiais que garantissem sua defesa. Na primeira década do século XX, possuir forças militares poderosas foi a tônica que moveu as relações entre os Estados importantes de cada um dos continentes. Cada Estado passou a se armar em nome da defesa nacional, o que ficou conhecido como a política da “paz armada”.

Rio Branco, ao defender que o país deveria possuir fortes mecanismos de defesa, tinha em mente duas preocupações geopolíticas: garantir a segurança do território que ajudou a configurar pela sua atuação no estabelecimento dos limites e estabelecer a liderança do Brasil na América do Sul.

A preocupação de Rio Branco com a defesa refletia-se em vários setores da opinião pública nacional. Por outro lado, também representava os anseios desta opinião pública em relação ao tema, de primordial importância para a nação brasileira naquele momento.

Rio Branco and the modernization of national defense mechanisms

Abstract

When Rio Branco took over the Ministry of Foreign Affairs, in 1902, he brought to a folder a defined objective: change Brazil into a regional potency, conquering the hegemony on South America. On his point of view, the might of a nation went, necessarily, through strengthening of its defense mechanisms, in other words, whoever was the stronger would be better armed. Using his influence over other spheres of power, Rio Branco will contribute for Brazil to refit its armed forces. Therewith, the country will have conditions to take part with Argentina of an arms race with no precedent in South Cone of America. It moved to defend the principle of “armed peace”, that is, would only be possible to avoid a confront between both countries, if

each one has enough armament to impose one another. And this concern of Rio Branco with the refit of national defense reflects in many sections of national public opinion.

Key words: Rio Branco. National defense. Arms race.

Notas

- 1 SPYKMAN, Nicholas J. Política de poder y la guerra. *Geopolítica: hacia una doctrina Nacional*, Buenos Aires, año VI, n. 17, mar. 1980. p. 17.
- 2 ARON, Raymond. *Guerra e paz entre as nações*. Brasília: Ed. UnB, 1986. p. 52.
- 3 RIO BRANCO. Discurso proferido no Itamaraty, na homenagem prestada pelo Exército: 10.11.1906. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948. p. 102-104.
- 4 RIO BRANCO. Discurso proferido quartel do 13º Regimento de Cavalaria: 09.10.1909. In: RIO BRANCO. *Discursos*, p. 221.
- 5 PARANHOS JR, José Maria da Silva. Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Serro Largo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 31, parte 2, p. 62-135, 1868.
- 6 RIO BRANCO. Discurso proferido quartel do 13º Regimento de Cavalaria: 09.10.1909. In: RIO BRANCO. *Discursos*, p. 222.
- 7 SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975. p. 216.
- 8 Carta de Liverpool, 5 de agosto de 1882. In: VIANA FILHO, Luiz. *A vida do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959. p. 113 (sublinhado no original).
- 9 NORTTHEDE, F. S. *El uso de la fuerza en las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1986. p. 19.
- 10 Carta de Liverpool, 29 de agosto de 1882. In: VIANA FILHO, L. Op. cit., p. 114 (sublinhado no original).
- 11 Carta de Liverpool, 5 de setembro de 1882. In: VIANA FILHO, L. Op. cit., p. 114.
- 12 Carta de 23 de julho de 1896. In: VIANA FILHO, L. Op. cit., p. 234.

- ¹³ O desejo de não se envolver em questões da política interna já havia sido expresso por Rio Branco em correspondência de Berlim, em 25.06.1902, ao futuro presidente da República, Rodrigues Alves, quando resolveu aceitar o convite para ministro das Relações Exteriores. “Vivo no estrangeiro desde 1876, tendo então deixado o Brasil com o propósito de me não envolver, nem mesmo em tempos relativamente calmos, como eram aqueles, na questão de nossa política interna.” NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947. p. 143.
- ¹⁴ RIO BRANCO. Discurso proferido no Clube Naval, 01.12.1902. In: RIO BRANCO. *Discursos*, p. 52.
- ¹⁵ Podemos perceber no discurso de Rio Branco as concepções que norteavam o pensamento geopolítico da época. Não sabemos se Rio Branco leu alguma das obras de Kjellén, mas é nítida a semelhança na concepção do papel do estadista, entre Rio Branco e o político sueco: “La misión de todo estadista debiera ser la desarrollar las potencialidades de su país en las distintas direcciones...” KJELLÉN, Rudolf. *Autarquia*. In: RATTENBACH, Augusto Benjamin (Comp.). *Antologia geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1985. p. 61.
- ¹⁶ O geógrafo alemão, na defesa que fazia de um Estado poderoso, afirmava que “os povos fortes visam alcançar o mar ou a estender sobre este seu domínio” (RATZEL, F. Geografia do homem (antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p. 102.
- ¹⁷ MAHAN, Alfred Thayer. *Influencia del poder naval en la historia*. Buenos Aires: Partenon, 1946.
- ¹⁸ ACD. Mensagem presidencial de Rodrigues Alves – 1904.
- ¹⁹ AHI. Despacho à Embaixada do Brasil em Washington.
- ²⁰ RIO BRANCO. Discurso proferido no quartel do 13º Regimento de Cavalaria: 09.10.1909. In: RIO BRANCO. *Discursos*, p. 233.
- ²¹ AHI. Despacho para a Embaixada brasileira em Washington, 12.12.1906; Telegrama para a Embaixada brasileira em Washington, 07.12.1908.
- ²² AHI. Ofício reservado nº 1, a Noronha, 31.08.1903.
- ²³ AHI. Ofício de Rio Branco a Julio de Noronha, 12.05.1904.
- ²⁴ AHI. Ofício reservado nº 15, de Rio Branco a Noronha, 02.10.1905.
- ²⁵ AHI. Ofício reservado de Rio Branco a Julio de Noronha, 01.11.1906.
- ²⁶ AHI. Ofício reservado nº 9, de Rio Branco a Alexandrino de Alencar, 16.10.1907,
- ²⁷ AHI. Ofício confidencial (minuta) de Rio Branco a Alexandrino de Alencar, 20.03.1908.
- ²⁸ AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty). Despacho 4 – à legação brasileira em Buenos Aires, 12.11.1904.
- ²⁹ AHI. Ofício nº 5 – confidencial – da legação brasileira em Buenos Aires, 17.07.1903.
- ³⁰ GÜRALDES, Alfredo Serres. La Paz armada: história de los conflictos con Chile. *Geopolítica - hacia una doctrina nacional*, Buenos Aires, n. 11/12, p. 7-38, sep./dic. 1977.
- ³¹ AHI. Despacho 4 – à legação brasileira de Buenos Aires, 12.11.1904.
- ³² AHI. Ofício 4 – confidencial (reservadíssimo) – da legação de Buenos Aires, 15.08.1904.
- ³³ “Art. 1º – Fica o presidente da República autorizado a encomendar à indústria, pelo Ministro da Marinha, os navios seguintes:
3 couraçados de 12.500 a 13.000 toneladas de deslocamento
3 cruzadores couraçados de 9.200 a 9.700 toneladas
6 caça-torpedeiros de 400 toneladas
6 torpedeiros de 130 toneladas
6 torpedeiros de 50 toneladas
3 submarinos
1 transporte para carregar 6000 toneladas de carvão” (Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 07.06.1904)
- ³⁴ AHI. Despacho 1 – à legação em Buenos Aires, 09.01.1905.
- ³⁵ MAHAN, A. Op. cit., p. 40-41.
- ³⁶ AHI. Despacho 1 – à legação em Buenos Aires, 09.01.1905.
- ³⁷ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difel, 1967. p. 446.
- ³⁸ “3 encouraçados de 19.281 toneladas.
3 scouts de 3.100 ton.
15 caça-torpedeiros de 650 ton.
1 navio mineiro de 1.500 ton.
3 submarinos.
1 navio hydrographico” (ACD. Sessão de 21.08.1906)
- ³⁹ AHI. Despacho 21 à legação Brasileira em Buenos Aires: 15.04.1907.
- ⁴⁰ AHI. Despacho 31 – à legação Brasileira em Buenos Aires, 12.11.1908.
- ⁴¹ AHI. Despacho 31 – à legação Brasileira em Buenos Aires, 12.11.1908.

- ⁴² RIO BRANCO. Discurso proferido na homenagem prestada pelo exército: 10.11.1906. In: RIO BRANCO. *Discursos*.
- ⁴³ RIO BRANCO. Discurso proferido no Clube Militar: 15.10.1911. In: RIO BRANCO. *Discursos*.
- ⁴⁴ Id. *ibid*.
- ⁴⁵ Id. *ibid*.
- ⁴⁶ LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965. p. 465.
- ⁴⁷ Id. *ibid*.
- ⁴⁸ RIO BRANCO. Discurso proferido na homenagem prestada pelo exército: 10.11.1906. In: RIO BRANCO. *Discursos*.
- ⁴⁹ JORGE, A. G. de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio-Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945. p. 210.
- ⁵⁰ HEINSFELD, Adelar. O Congresso Nacional Brasileiro diante da corrida armamentista entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX. In: *Anais da XXIII Reunião Anual da SBPH*. Curitiba: SBPH, 2003. p. 319-325.
- ⁵¹ HEINSFELD, Adelar. A Imprensa Brasileira diante da corrida armamentista entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX. In: *Anales de 1º Congreso de Relaciones Internacionales del IRI*. La Plata: IRI, 2002. CD-ROOM.
- ⁵² CERVO, Amado Luiz. O barão do Rio Branco e a modernização da agenda Brasileira. In: CARDIN, Carlos Henrique; ALMINO, João (Org.). *Rio Branco: a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. p. 303.

Referências

- ALMEIDA, Silvia Capanema P. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 147-169, jan./jun. 2010.
- ARON, Raymond. *Guerra e paz entre as nações*. Brasília: Ed. UnB, 1986.
- CERVO, Amado Luiz. O barão do Rio Branco e a modernização da agenda Brasileira. In: CARDIN, Carlos Henrique; ALMINO, João (Org.). *Rio Branco: a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. p. 289-306.

GUEDES, Max Justo. O barão do Rio Branco e a modernização da defesa. In: CARDIN, Carlos Henrique; ALMINO, João (Org.). *Rio Branco: a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. p. 307-330.

GÜIRALDES, Alfredo Serres. La Paz armada: história de los conflictos con Chile. *Geopolítica - hacia una doctrina nacional*, Buenos Aires, n. 11/12, p. 7-38, sep./dic. 1977.

HEINSFELD, Adelar. O Congresso Nacional Brasileiro diante da corrida armamentista entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX. In: *Anais da XXIII Reunião Anual da SBPH*. Curitiba: SBPH, 2003. p. 319-325.

HEINSFELD, Adelar. A imprensa brasileira diante da corrida armamentista entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX. In: *Anales de 1º Congreso de Relaciones Internacionales del IRI*. La Plata: IRI, 2002. CD-ROOM.

JORGE, A. G. de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio-Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

KJELLÉN, Rudolf. Autarquia. In: RATTENBACH, Augusto Benjamin (Comp.). *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1985. p. 55-65.

LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

MAHAN, Alfred Thayer. *Influencia del poder naval en la historia*. Buenos Aires: Partenon, 1946.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

NORTTHEDE, F. S. *El uso de la fuerza en las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1986.

PARANHOS JR, José Maria da Silva. Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Serro Largo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 31, parte 2, p. 62-135, 1868.

RATZEL, F. *Geografia do homem (antropogeografia)*. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.

RIO BRANCO. *Discursos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948.

SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975.

SPYKMAN, Nicholas J. Política de poder y la guerra. *Geopolítica - hacia una doctrina Nacional*, Buenos Aires, año VI, n. 17, p. 13-217, mar. 1980.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

Documentação primária

ACD (Anais da Câmara dos Deputados). Rio de Janeiro, Sessão de 07.06.1904).

ACD. Mensagem Presidencial de Rodrigues Alves – 1904.

ACD. Sessão de 21.08.1906).

AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty). Despacho 4, à Legação brasileira em Buenos Aires, 12.11.1904.

AHI. Despacho para a Embaixada brasileira em Washington, 12.12.1906.

AHI. Telegrama para a Embaixada brasileira em Washington, 07.12.1908.

AHI. Ofício reservado nº 1, à Julio de Noronha, 31.08.1903.

AHI. Ofício de Rio Branco a Julio de Noronha, 12.05.1904.

AHI. Ofício reservado nº 15, de Rio Branco a Julio de Noronha, 02.10.1905.

AHI. Ofício reservado de Rio Branco a Julio de Noronha, 01.11.1906.

AHI. Ofício reservado nº 9, de Rio Branco a Alexandrino de Alencar, 16.10.1907.

AHI. Ofício confidencial (minuta) de Rio Branco a Alexandrino de Alencar, 20.03.1908.

AHI. Ofício nº 5 – confidencial – da Legação brasileira em Buenos Aires, 17.07.1903.

AHI. Ofício 4 – confidencial (Reservadíssimo) – da Legação de Buenos Aires, 15.08.1904.

AHI. Despacho 1, à Legação Brasileira em Buenos Aires, 09.01.1905.

AHI. Despacho 21, à Legação Brasileira em Buenos Aires, 15.04.1907.

AHI. Despacho 31, à Legação Brasileira em Buenos Aires, 12.11.1908.